



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Contribuições da Associação dos Guarda-Livros para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil: uma abordagem historiográfica do século XIX

THAIS ALVES LIRA

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

FRANCISCO PATRIK CARVALHO GOMES

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

LUCIANA KLEIN

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

EDICREIA ANDRADE DOS SANTOS

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO

A literatura contábil nacional evidencia as conquistas da Associação dos Guarda-Livros, mas não aprofunda-se na análise das ações realizadas e dos desafios enfrentados no dia a dia, por essa associação, para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil e construção da identidade profissional da classe contábil. Diante da relevância das primeiras manifestações para a construção da identidade dos atuantes como guarda-livros como profissionais, investiga-se as ações realizadas pela Associação dos Guarda-Livros da Corte que contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade brasileira a luz da Teoria Sociológica das Profissões. A caracteriza-se como qualitativa com uso de narrativa historiográfica. Conduziu-se a análise a partir dos jornais impressos do século XIX e na Revista da Associação dos Guarda-Livros disponíveis no website da BNDigital; e do Estatuto da Associação dos Guarda Livros instituído pelo Decreto n° 4.475/1870 disposto na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. O recorte temporal compreende o período entre 1869 (ano da criação da associação) e 1946 (criação do Conselho Federal de Contabilidade). Os resultados indicam a expressiva relevância da associação dos guarda-livros na formação da identidade profissional e consciência de classe dos atuantes da escrituração mercantil no século XIX. Suas contribuições à contabilidade ultrapassam o sentido profissional, visto que, a associação dos guarda livros teve um papel importante na disseminação e desenvolvimento do ensino contábil, ao oferecer cursos gratuitos de escrituração mercantil, também, impulsionou a criação de novas associações profissionais, com intuito da busca de melhorias na atuação dos Guarda-Livros, que culminou com o reconhecimento de formação profissional especializada, pelo Decreto Federal n° 1.339/1905, do curso de Guarda-Livros e Perito-Contador.

Palavras-chave: Teoria sociológica das profissões. Identidade profissional. Formação do profissional contábil. História da Contabilidade.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

1 Introdução

A Contabilidade brasileira pode ser dividida em dois estágios de desenvolvimento, antes e depois a 1964 (Schmidt, 2000). Uma das primeiras manifestações contábeis, ocorreu com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, quando Dom João VI publicou em 1808 um alvará obrigando todos os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil (Schmidt, 2000). Nessa época, foi criado o Erário Régio, também chamado de Real Erário (Cabral, 2011a). Esses acontecimentos proporcionaram uma evolução para as práticas mercantis até então realizadas no Brasil.

Naturalmente, esses eventos fizeram com que existissem uma demanda por profissionais mais qualificados para atuarem no Erário Régio, órgão responsável por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira fiscal (Cabral, 2011a). Com isso, tornou-se necessário uma formação de mão de obra especializada, e para tal foi criada pelo Alvará de 15 de julho de 1809, a Aula de Comércio da Corte, iniciando-se assim o ensino contábil no país, com aulas voltadas para o estudo das práticas contábeis e mercantis, de perfil estritamente prático (Cabral, 2011b). As aulas eram obrigatórias para profissionais que atuavam ou que desejassem atuar na Contadoria do Reino no Brasil.

Com o desenvolvimento da então Colônia, e o avanço das transações comerciais os guarda-livros ganhavam ainda mais destaque como profissionais imprescindíveis para o comércio, por principalmente, proporcionar uma melhor fiscalização na arrecadação de tributos. Outro elemento propulsor do desenvolvimento contábil brasileiro, foi o Código Comercial de 1850, no qual instituía a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do Balanço Geral (Schmidt, 2000). O código comercial brasileiro também estabeleceu que o profissional guarda-livros seria o responsável por toda a escrituração mercantil, o que reforçava a relevância desses profissionais para as finanças do Reino (Brasil, 1850).

Em termos de formação do profissional, as Aulas de Comércio passavam por diversas dificuldades, sobretudo, pela quantidade de alunos matriculados. Na tentativa de sanar essas dificuldades, reformas foram realizadas entre elas, o Decreto nº. 1.763, de 14 de maio de 1856, no qual reorganizou a Aula de Comércio da Corte, concedendo um novo estatuto e alteração do nome para Instituto Comercial do Rio de Janeiro (Brasil, 1857). A partir de 1863, esse Instituto passou a oferecer a disciplina de Escrituração Mercantil como forma de qualificar seus alunos para a prática do registro contábil (Cabral, 2011b).

Devido a necessidade de aprimorar a profissão e a qualificação dos profissionais, foi criado em 1869, a Associação dos Guarda-Livros da Corte, sendo reconhecida oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial nº 4.475. Fato este, de suma importância para o desenvolvimento contábil no país, pois estava instituindo os guarda-livros, como a primeira profissão liberal do Brasil. Esta associação é a mais antiga instituição profissional e cultural da Ciência Contábil no Brasil, foi criada com o propósito geral de representar, defender e promover os interesses da classe dos Guarda-livros (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2016). Esta associação possuía como foco principal a regulamentação do profissional da contabilidade e o desenvolvimento e disseminação do ensino das práticas mercantis para interessados em geral e de forma gratuita.

Estudos anteriores (Bugarim et al., 2013; Barbosa, 2020) evidenciam as conquistas da Associação dos Guarda-Livros, mas não se aprofundaram em investigar quais as ações realizadas e os desafios enfrentados no dia a dia por essa associação para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil e para a construção da identidade profissional da classe contábil. Diante da relevância do estudo das primeiras manifestações para a construção dos atuantes como guarda-livros como profissionais, têm-se como questão de pesquisa: Quais as ações realizadas pela Associação dos Guarda-Livros da Corte que contribuíram para o



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

desenvolvimento da contabilidade no Brasil? Assim, este estudo possui o objetivo de analisar as ações realizadas pela Associação dos Guarda-Livros da Corte que contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil a luz da Teoria Sociológica das Profissões.

Nesse sentido, a associação dos guarda-livros foi de extrema relevância para a formação da identidade profissional e consciência de classe dos atuantes da escrituração mercantil no século XIX. As contribuições dessa associação para a contabilidade estão além do sentido profissional, visto que ela teve um papel importante também na disseminação e desenvolvimento do ensino da contábil, pois além de oferecer cursos gratuitos de escrituração mercantil, novas associações profissionais surgiram a partir da motivação instaurada em buscar melhorias para a atuação dos Guarda-Livros (CFC, 2016). Portanto, o estudo das primeiras manifestações das associações profissionais resgata o conhecimento e a formação da memória histórico-cultural da contabilidade brasileira (Bugarim et al., 2013). Assim, a pesquisa historiográfica justifica-se, pois permite a compreensão do passado da contabilidade e, conseqüentemente proporciona uma melhor compreensão do pensamento e da prática contábil contemporânea, viabilizando uma apreciação aprofundada das dimensões e impactos sociais da contabilidade em indivíduos, organizações e na sociedade (Gomes et al., 2011).

Apesar da relevância do resgate histórico das primeiras manifestações das associações profissionais na área da contabilidade, são escassos estudos que buscaram se aprofundar na discussão da construção da identidade profissional da classe e o seu papel no desenvolvimento contábil brasileiro. Em um contexto internacional (Carnegie & Edwards, 2001; Bocqueraz, 2001; Sian, 2011; Verma & Gray, 2006; King & Case, 2017) citam a significância de pesquisas que se propõe a realizarem um resgate da memória histórica das primeiras manifestações das associações profissionais e as suas contribuições para a evolução da contabilidade. No contexto nacional, Bugarim et al., (2013) argumenta a relevância de estudos que exploram as relações históricas entre o papel das instituições de ensino e órgão de classe e a sua influência no desenvolvimento da contabilidade.

A originalidade dessa pesquisa pauta-se na utilização da Teoria Sociológica das Profissões para a discussão e fundamentação teórica da construção da identidade profissional da classe contábil a partir das ações desenvolvidas pela Associação dos Guarda-Livros. Além disso, são utilizados documentos primários como a Revista da Associação dos Guarda-Livros e recortes de jornais da época dispostos no *website* da BNDigital, para a evidenciação das ações da associação que contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil.

2 Fundamentação Teórica e Empírica

2.1 Breve histórico da profissão de Guarda-Livros no Brasil

A presença de profissionais de contabilidade já se fazia notar no Brasil desde o início de sua colonização. Por exemplo, em 1549 o Rei D. João III nomeou Gaspar Lamego para o ofício de Contador da Casa Real da Bahia de Todos os Santos e das Terras do Brasil. No mesmo ano, o Governador Geral Tomé de Souza nomeia Bastião de Almeida para Guarda dos Livros das Casas da Fazenda e dos Contos e Alfândega (Rodrigues, 1989a). O termo Contador era utilizado para identificar aqueles que atuavam na área pública, enquanto que o Guarda dos Livros e Contas atuava na área privada como aquele que guarda as contas de um negócio, com o crescimento e ampliação de suas atribuições teve sua nomenclatura simplificada para Guarda-Livros (Rodrigues, 1989b).

A carta de Lei de 30 de agosto de 1770 expedida por Dom José I é o marco da regulamentação da Profissão Contábil em Portugal e conseqüentemente no Brasil, dispondo sobre os privilégios da diplomação pela Aula de Comércio e estabelecia a obrigatoriedade de registro da matrícula dos Guarda-Livros na Junta de Comércio. Apesar desta lei estar em vigor em terras brasileiras, ao que trata da regulamentação profissional ela não teve



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

aplicabilidade no Brasil (Rodrigues, 1989a, 1989b). Possivelmente devido ao fato de que a Aula de Comércio da Corte só veio a ser instalada no Rio de Janeiro em 1810.

O desenvolvimento da profissão contábil sempre esteve associado à expansão comercial de cada região. Para Schmidt (2000) a intensificação das atividades comerciais provocou uma necessidade maior de controle, e a Contabilidade se mostrou capaz de fornecer as informações necessárias para o gerenciamento dos negócios. No Brasil, o desenvolvimento comercial aconteceu de maneira mais efetiva com a chegada da corte portuguesa ao país em 1808, com a decretação da abertura dos portos. Nesse contexto, a profissão contábil, sob os aspectos de estruturação e regulamentação profissional começou também a se desenvolver.

Desta forma, o desenvolvimento da contabilidade brasileira tem uma forte interferência da legislação (Schmidt, 2000), principalmente pela necessidade de controle das atividades públicas. Um marco para o desenvolvimento das práticas contábeis no Brasil, é definido a partir de 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, que passou por uma série de alterações no campo econômico, político e social, provocando uma preocupação do governo com os negócios públicos e privados (Peleias et al., 2007). Uma das primeiras manifestações contábeis ocorreu no reinado de D. João VI com a publicação do Alvará de 28 de junho de 1808, obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil e a criação do Erário Régio.

Para, que o methodo de escripturação, e formulas de contabilidade da minha Real Fazenda não tique arbitrario, e sujeito á maneira de pensar de cada um dos Contadores Geraes, que sou servido crear para o referido Erario: ordeno que a escripturação seja a mercantil por partidas dobradas, por ser a unica seguida pelas Nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade para o maneiio de grandes sommas, como por ser a mais clara, e a que menos logar dá a erros e subterfugios, onde se esconda a malicia e a fraude dos prevaricadores (Brasil, 1891a).

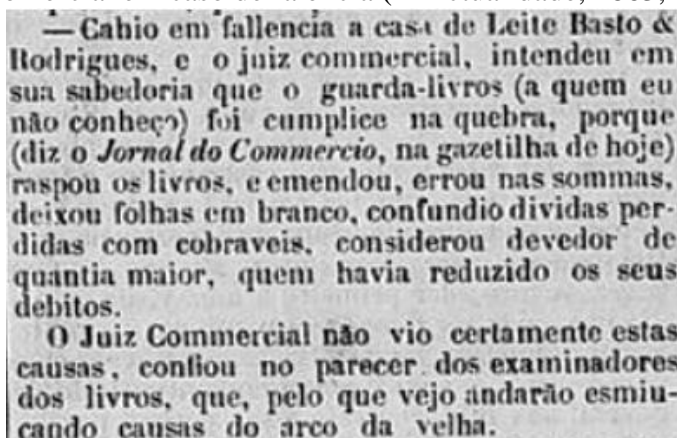
Para formar indivíduos nessa atividade, foi instituída a Aula de Comércio da Corte pelo alvará de 15 de julho de 1809 (Brasil, 1891b), um marco do ensino comercial no Brasil. O curso tinha como objetivo formar pessoas em práticas contábeis e mercantis, de perfil estritamente prático (Cabral, 2011b). As aulas passaram por diversas crises durante o império, o que provocou por meio de decretos, modificações nas condições de oferta (Gabler, 2014). As aulas correspondiam ao que na época mais se aproximava de uma formação para o exercício profissional em contabilidade, função desenvolvida por Guarda-Livros, responsável pela escrituração dos livros principais de contas (i.e., diário e razão), a elaboração do balanço geral dos negócios e resumo de entradas (Sales, 1761-1773).

Outra legislação propulsora do desenvolvimento contábil brasileiro foi o Código Comercial de 1850, o qual instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do Balanço Geral, composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais (Schmidt, 2000). Ao tratar da divisão do trabalho no comércio, o Código de 1850 reconhece os guarda-livros e caixeiros como agentes auxiliares. Em seu artigo 74 obrigava que o preposto (guarda-livros, caixeiros) das casas de comércio devesse receber dos patrões uma nomeação por escrito. Já o artigo 77 afirmava que os lançamentos nos livros realizados pelo guarda-livros ou caixeiros encarregados da escrituração e contabilidade teriam o mesmo efeito como se fosse escriturado pelos preponentes (Brasil, 1850).

Com reconhecimento, veio também a responsabilidade, e com a aplicação do Código Comercial começou a surgir discussões importantes sobre o papel do responsável pela escrituração mercantil dos negócios. De acordo com o Art. 78 os agentes de comércio também seriam responsáveis aos preponentes por todo e qualquer dano que lhes causarem por malversação, negligência culpável, ou falta de exata e fiel execução das suas ordens e

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

instruções, competindo até contra eles ação criminal no caso de malversação (Brasil, 1850). Em um artigo assinado por João Lessa publicado em 1863, discuti sobre a atuação do Guarda-Livros e o Código Comercial em caso de falência (A Actualidade, 1863, ed. 426, p. 2).



— Cabio em fallencia a casa de Leite Basto & Rodrigues, e o juiz commercial, intendeu em sua sabedoria que o guarda-livros (a quem eu não conheço) foi cúmplice na quebra, porque (diz o *Jornal do Commercio*, na gazetilha de hoje) raspou os livros, e emendou, errou nas sommas, deixou folhas em branco, confundio dividas perdidas com cobraveis, considerou devedor de quantia maior, quem havia reduzido os seus debitos.

O Juiz Commercial não vio certamente estas causas, confiou no parecer dos examinadores dos livros, que, pelo que vejo andarão esmiuçando causas do arco da velha.

Figura1. Caso de falência empresa Leite Basto e Rodrigues
Fonte: A Actualidade (1863, ed. 426, p. 2)

No artigo “Os guarda-livros e as casas fallidas” João Lessa relata o caso de falência da empresa Leite Basto & Rodrigues, cujo guarda-livros foi considerado cúmplice já que rasurou os livros, cometeu erros de somas, deixou folhas em branco, confundido dividas perdidas com cobráveis, considerou devedor de quantia maior, quem havia reduzido os seus débitos. Assim, o juiz comercial condenou também o guarda-livros pelas mazelas cometidas pela casa comercial. O Guarda-Livros tinha um trabalho altamente mecanicista, no qual uma boa caligrafia era imprescindível para o exercício profissional (Koliver, 1993), além de ser exigido também o domínio de outros idiomas conforme evidenciado na Figura 2.



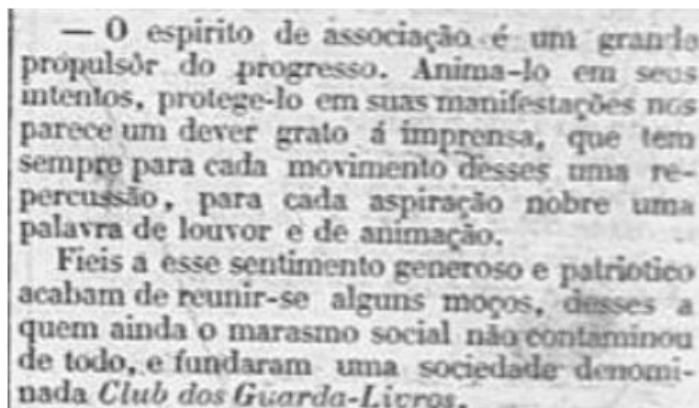
GUARDA-LIVROS
que sabe bem fallar, escrever, e francez, e escripturação por partidas simples e dobradas, offerece-se para alguma casa de commercio; quem precisar dirija-se a esta typographia em carta fechada com as iniciaes F. G. H.

Figura 2. Anúncio de emprego para guarda-Livros
Fonte: Jornal do comercio (1850, ed. 3 p. 4)

Em termo de formação do profissional brasileiro, a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro em 1856 foi outro marco importante. O Instituto Comercial foi uma tentativa do governo de reorganizar as Aulas de Comércio, que vinha sofrendo queixas relacionadas ao pequeno número de alunos matriculados (Gabler, 2014). Para sanar essas dificuldades, o Decreto n. 1.763, de 14 de maio de 1856 fez mudanças que influenciaram a reorganização da Aula de Comércio da Corte, este ato concedeu um novo e extenso estatuto à instituição, mudando seu nome para Instituto Comercial do Rio de Janeiro (Brasil, 1857). A partir de 1863, esse instituto passou a oferecer a disciplina de Escrituração Mercantil como forma de qualificar seus alunos para a prática do registro contábil (Schmidt, 2000).

Com o crescimento do número de profissionais a partir da expansão do comércio, das atividades do setor público, por meio de nomeações e criação de cargos para guarda-livros e da ligação direta de sua função às práticas comerciais tornou-se natural o surgimento das primeiras tentativas de reunião em associação. Por exemplo, em 1860 surgiu no Rio de Janeiro o Club dos Guarda-Livros, no anúncio (Figura 3) destaca-se que “o espirito de associação é um grande propulsor do progresso” (Diário do Rio de Janeiro, 1860, ed. 11, p. 1).

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.



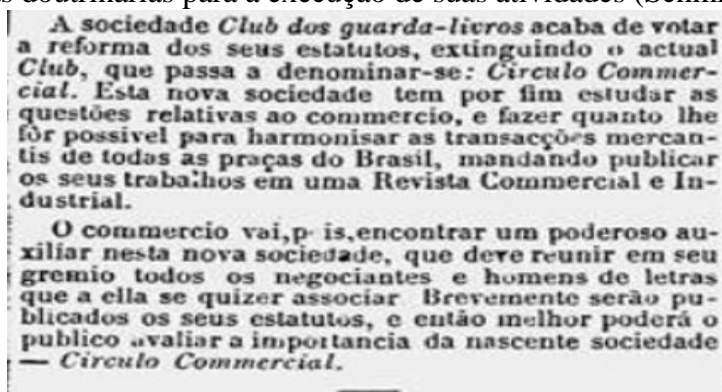
— O espirito de associação é uma grande propulsor do progresso. Anima-lo em seus intentos, protege-lo em suas manifestações nos parece um dever grato á imprensa, que tem sempre para cada movimento desses uma repercussão, para cada aspiração nóbre uma palavra de louvor e de animação.
Fieis a esse sentimento generoso e patriótico acabam de reunir-se alguns moços, desses a quem ainda o marasmo social não contaminou de todo, e fundaram uma sociedade denominada *Club dos Guarda-Livros*.

Figura 3. Club dos Guarda-Livros

Fonte: Diário do Rio de Janeiro (1860, ed. 11 p. 1)

O Club dos Guarda-Livros tinha como objetivo: estudar as questões comerciais e sua jurisprudência; analisar o uso e os costumes de outras localidades e compará-la com as do Rio de Janeiro; uniformizar as escriturações comerciais; proteger os sócios; realizar cursos de contabilidade, escrituração, direito mercantil e economia política; e criar uma revista periódica para publicação dos trabalhos da associação, julgamentos comerciais e estatísticas comerciais (A Actualidade, 1860, edição 93, p. 4). Desta forma, percebe-se o início de uma associação profissional no Brasil com interesse na padronização da contabilidade e na divulgação de conhecimento.

Esta discussão a respeito da padronização, pode ser explicada pelo fato que o Código Comercial não normatizou os procedimentos contábeis, apenas determinou que as empresas deveriam seguir uma ordem uniforme de Contabilidade e escrituração em livros próprios. Desta forma no Brasil não existia a obrigatoriedade da adoção de um determinado padrão de normas e procedimentos para a contabilidade, os práticos contábeis brasileiros utilizavam variadas tendências doutrinárias para a execução de suas atividades (Schmidt, 2000).



A sociedade *Club dos guarda-livros* acaba de votar a reforma dos seus estatutos, extinguindo o actual *Club*, que passa a denominar-se: *Circulo Commercial*. Esta nova sociedade tem por fim estudar as questões relativas ao commercio, e fazer quanto lhe fór possível para harmonisar as transacções mercantis de todas as praças do Brasil, mandando publicar os seus trabalhos em uma Revista Commercial e Industrial.
O commercio vai, p- is, encontrar um poderoso auxiliar nesta nova sociedade, que deve reunir em seu gremio todos os negociantes e homens de letras que a ella se quizer associar. Brevemente serão publicados os seus estatutos, e então melhor poderá o publico avaliar a importancia da nascente sociedade — *Circulo Commercial*.

Figura 4. Reforma do estatuto do Club dos Guarda-Livo

Fonte: Correio Mercantil (1862, ed. 295, p. 1)

Em 1862 os sócios aprovam a reforma nos estatutos, passando a denominar-se de Circulo Commercial. Percebe-se em relação aos objetivos não sofreram grandes alterações (estudar as questões relativa ao comércio e harmonizar as transações comerciais), no entanto, a admissão dos sócios seria mais ampla, o que era restrito apenas aos guarda-livros, passa a admitir a participação dos “negociantes e homens de letras” (Correio Mercantil, 1862, ed. 295, p. 1).

Ainda neste contexto, o espírito associativo dos Guarda-Livros manifestado no final da década 1860 teve seu auge na criação da Associação dos Guarda-Livros da Corte em 1869, sendo reconhecida oficialmente pelo Decreto Imperial n. 4.475, de 18 de fevereiro de 1870, bem como pela emergência de um número crescente de praticantes, pela necessidade de



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

aprimorar a profissão e a qualificação dos profissionais. A associação foi importante para que os Guarda-Livros passassem a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica.

2.2 Teoria Sociológica das Profissões

A Teoria Sociológica das Profissões aborda que a construção identitária profissional é um processo de socialização, que interrelaciona educação, trabalho e carreira, ou seja, uma identidade é construída no interior de instituições e de coletivos que se organizam com o objetivo de assegurar o reconhecimento de seus membros como “profissionais” (Dubar, 2005). A descrição sociológica mais amplamente aceita de uma profissão é a de uma comunidade autorregulada que possui poder exclusivo, geralmente apoiado pelo estado, para treinar novos membros e admiti-los para exercer a profissão (Collins, 1979).

Hughes (2009) destaca dois pontos cruciais para a construção da identidade profissional: (i) O reconhecimento social, como uma atividade relevante para o desenvolvimento da sociedade; (ii) e o reconhecimento interno, entre os próprios profissionais da área, no sentido aos atuantes do grupo profissional possuírem qualificações técnicas satisfatórias para exercer tal profissão. Adicionalmente, para Macdonald (1999) as principais características para a estruturação identitária profissional incluem: a ocupação integral de seus membros; treinamento padronizado em habilidades e conhecimentos; existência de aparatos institucionais de autorregulação; e *status* e autonomia no exercício da profissão.

Os estudos sobre os contadores como profissionais especializados concentram-se principalmente na adesão a instituições profissionais (Napier, 2006; Walker, 2008). No entanto, é importante compreender a profissionalização dos contadores além do estudo do surgimento e desenvolvimento das organizações profissionais que institucionalizaram o ofício (Edwards & Walker, 2010; Edwards & Anderson, 2011). Carnegie e Edwards (2001) e Carnegie e Napier (2010) teorizam a conquista do *status* profissional como um processo dinâmico que envolve sinais de movimento em direção à ascensão ocupacional, que incluem a criação de uma base de conhecimento especializado, o surgimento de um grupo ocupacional identificável, e a apresentação de si mesmo ao público como um especialista provedor de serviços especializados.

Desta forma, o estudo não pretende afirmar que os Guarda-Livros tenham alcançado um *status* profissional no sentido sociológico moderno do termo “profissão”. Porém, os Guarda-Livros são percebidos como um grupo ocupacional engajado em um processo profissional embrionário projetado para elevar seu perfil ocupacional. Os padrões de características que compõe a identidade profissional são resultados da evolução da consciência de classe das profissões, desse modo, as associações profissionais possuem um papel importante na determinação desses padrões de características exigidas (Larson, 1977). Assim, o enquadramento teórico utilizado no estudo torna possível uma discussão aprofundada entre o histórico e o sociológico, com o estudo das primeiras manifestações dos guarda-livros no sentido ao reconhecimento como profissionais especializados.

A sociedade e os profissionais possuem entre si uma relação de confiança, visto que, a sociedade confia nos profissionais para exercerem funções significativas para o desenvolvimento e bem estar social. À vista disso, o filtro para se tornar um profissional em determinada área deve ser considerado com atenção pelos representantes das instituições profissionais, com vistas a restringir que pessoas sem qualificação atuem em determinada profissão. A qualificação técnica e o contínuo desenvolvimento intelectual dos atuantes nas profissões formam o elo de confiança entre a sociedade e as profissões. Portanto, as profissões devem ser estudadas não apenas no contexto de uma divisão de trabalho, mas como parte de uma rede de relações sociais e econômicas (Dingwall, 2008).



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

2.3 Estudos Correlatos

Pesquisas internacionais (Carnegie & Edwards, 2001; Bocqueraz, 2001; Sian, 2011; Verma & Gray, 2006; King & Case, 2017) e nacionais em contabilidade (Bugarim et al., 2013) e em história (Barbosa, 2020) evidenciaram o papel imprescindível das primeiras associações profissionais para o desenvolvimento do ensino e das práticas contábeis.

Carnegie e Edwards (2001) examinaram a trajetória de profissionalização de um grupo de contadores em Mel-Bourne que culminou a formação da *Incorporated Institute of Accountants* (IIAV) em 1886, primeira associação profissional em Victoria na Austrália, é a primeira que antecede a formação do *Certified Professional Accountants* (CPA). Os autores empregaram o método prosopográfico para examinar a trajetória, desafios e motivações dos 45 fundadores do instituto. Como achados são apresentados que os movimentos para o desenvolvimento da prática e aprendizagem da escrituração contábil culminaram na criação de um profissional especializado e com uma base de conhecimento mais robusta o que, conseqüentemente, potencializou uma emergente necessidade na criação de um grupo ocupacional de contadores públicos em Victoria.

Utilizando-se da pesquisa historiográfica para o resgate do o desenvolvimento inicial dos profissionais da contabilidade em Paris no século XIX Bocqueraz (2001) teve com foco principalmente duas associações, a Sociedade Acadêmica de Contabilidade e a Companhia de especialistas contábeis de Paris. O autor analisou documentos oficiais, estatutos das associações e utilizaram a teoria das profissões para analisar e compreender os esforços organizacionais dos contadores franceses na construção da classe contábil. O estudo revelou que as associações do século XIX possuíam o objetivo de regulamentar a prática contábil na França. Além disso, a partir dos documentos analisados verificou-se que várias das principais características quanto a organização da contabilidade francesa adveio da formação desses corpos profissionais, o que mostra que as discussões realizadas durante esse período foram heranças significativas na construção da organização contemporânea profissional na França.

Na Índia a criação do *Institute of Chartered Accountants of India* (ICAI) também representou um avanço importante para a estruturação de um sistema de contabilidade composto por profissionais devidamente licenciados para exercer a profissão é o que é evidenciado no estudo de Verma e Gray (2006). Os autores pautaram-se na lente teórica de McKinnon (1986) e da Teoria Sociológica das Profissões e traçaram o processo de transição com foco nos fatores que influenciaram a criação do instituto e suas práticas. Os autores realizaram uma pesquisa historiográfica pautada em documentos históricos e legislações para o resgate histórico da criação do ICAI no período pós-colonial. Os principais achados evidenciam que a formalização e credenciamento dos profissionais contábeis foram questões importantes para os indianos, assim como os demais projetos para profissionalização da classe. Além disso, os autores ressaltam que o ICAI escolheu estabelecer seus próprios exames, procedimentos disciplinares, e código de ética e não optou por usar um modelo já formado da contabilidade britânica, sendo congruente assim, com as peculiaridades e contexto socioeconômico do país no período pós-colonial.

Também em clima político de transição a construção identitária profissional dos contadores na África esteve interrelacionada com questões políticas do século XIX, Sian (2011) rastreou o crescimento da contabilidade profissional no Quênia e a criação da Associação de contadores na África Oriental (AAEA). O autor baseou-se principalmente em documentos do Arquivo Nacional do Quênia para delinear a formação e evolução da AAEA. Os resultados do estudo evidenciam que a criação da AAEA foi motivada por questões profissionais, mas também por questões de raça, o que adiciona a essa associação uma outra dimensão histórica em um clima político de mudança.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Sob o mesmo prisma, com foco na Escócia, Inglaterra e Estados Unidos, King e Case (2017) revelaram o rastreamento das primeiras manifestações do contador como uma classe profissional e os desafios desse profissional para responder as necessidades nos diversos contextos sociais, econômicos e políticos, desde a popularização dos métodos das partidas dobradas até a criação *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Os autores evidenciaram a evolução do Instituto dos revisores oficiais de contas da Escócia (ICAS), da Sociedade Incorporadora de Contadores de Liverpool até a criação do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA).

No Brasil, Bugarim et al. (2013) apresentaram as principais realizações do Sistema CFC/CRCs no desenvolvimento e evolução da Contabilidade. Os autores pautaram-se em uma abordagem qualitativa aplicada mediante pesquisa historiográfica clássica e análise documental. Como resultado da investigação concluiu-se que o CFC/CRCs ao longo das últimas décadas, teve uma participação relevante principalmente no que se refere à incorporação de transformações essenciais no exercício profissional dos bacharéis e técnicos em Contabilidade. Além disso, a atuação do Conselho Federal e Conselhos Regionais se mostrou fundamental para a evolução das práticas contábeis no Brasil.

Ao contrário da bibliografia internacional, no Brasil são escassos estudos que se aprofundam na investigação da formação da identidade profissional e consciência de classe do contador por meio das associações profissionais. Portanto, esse estudo busca analisar as ações realizadas pela Associação dos Guarda-Livros que contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil a luz da Teoria Sociológica das Profissões, resgatando a memória histórica das primeiras manifestações para a formação da identidade profissional e união dos profissionais para a regulamentação da profissão de contador.

3 Percorso Metodológico

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com uso de narrativa historiográfica. As pesquisas historiográficas fornecem uma estrutura para avaliar os impactos da contabilidade sobre os indivíduos, organizações e sociedade (Carnegie & Napier, 2012), além disso, permitem o resgate histórico-cultural, pois proporcionam a compreensão do passado, e esclarecem a gênese das práticas contábeis (Faria, 2006). Portanto, pesquisas historiográficas permitem a análise da construção do pensamento e da prática contábil por meio do seu poder de unificar passado, presente e futuro (Carnegie & Napier, 2012).

A vertente da pesquisa historiográfica utilizada nesse estudo foi a nova história da contabilidade, a qual fornece uma discussão interdisciplinar e crítica a partir da fundamentação teórica dos achados da pesquisa (Napier, 2009). Nesse estudo o arcabouço da Teoria Sociológica das Profissões foi utilizada na abordagem interdisciplinar e crítica, congruente assim, com a proposta da vertente da nova história da contabilidade.

Para a coleta de dados, foram consultadas fontes de natureza primária e secundária. Os dados primários centraram-se em jornais impressos do século XIX e na Revista da Associação dos Guarda-Livros, disponibilizados no *website* da BNDigital. Os jornais e revistas impressos no século XIX eram os principais meios de comunicação e disseminação do pensamento sobre questões sociais, políticas e profissionais (Faria, 2006). Com isso, as fontes primárias de dados permitem realizar uma reconstrução dos acontecimentos do fenômeno a partir de um meio de comunicação significativo da época (Kreniski & Aguiar, 2011). Como fonte secundária, foi utilizado o Estatuto da Associação dos Guarda Livros instituído pelo Decreto nº 4.475/1870 disposto na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BDGD).

A identificação e a seleção dos dados da pesquisa, foram por meio de palavras-chave “Guarda-livros” e “Associação dos Guarda-Livros”. Posteriormente, foi realizada uma análise detalhada dos jornais e revistas encontrados que tratavam de ações da associação dos guarda



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

livros para a construção da identidade profissional e para o desenvolvimento do ensino e prática contábil no Brasil. O recorte temporal proposto compreendeu o período de 1869 (data da criação da associação) a 1946 (criação do CFC), visto que antes da criação do CFC não há evidências específicas sobre o término da atuação da associação dos guarda-livros.

A análise foi por meio de uma abordagem interpretativa dos dados pautando-se nas evidências arquivísticas disponíveis (Bloch, 1992). Portanto, a narrativa disposta nesse estudo inclui análises e interpretações das ações da Associação dos guarda-livros a partir das fontes consultadas. É importante ressaltar que, para a análise dos dados foi reconhecida e preservada a identidade própria do passado, garantindo assim, sua autonomia em relação ao presente, visto que trata-se de uma pesquisa historiográfica.

A análise dos dados em uma investigação historiográfica conforme Kipping, Wadhvani e Bucheli (2014) compreende principalmente duas etapas: (i) Descritiva e analítica: fase em que os dados são analisados, descritos e expostos de forma ordenada com o contexto encontrado, em que a objetividade é um requisito essencial; (ii) Interpretativa ou explicativa: etapa que evidencia a interpretação ou explicação dos dados encontrados e evidenciados na etapa anterior. Nessa fase é importante que os achados de pesquisa evidenciem explicações plausíveis, coerentes e consistentes entre si.

4 Discussão dos Resultados

4.1 Associação dos Guarda-Livros da Corte

Desde o fim das corporações de ofício em 1824, o associativismo foi o meio pelo qual os trabalhadores se organizavam e pugnavam pelos seus direitos, bem como instruíam novos trabalhadores no ofício (Santos & Oliveira, 2013). De acordo com a legislação da época, toda associação a ser criada deveria ter seus estatutos e atas de fundação enviados à referida seção para análise e posterior aprovação do governo para que pudesse funcionar (Viscardi, 2008). Nesse contexto, a classe contábil no Brasil dá a sua primeira manifestação em regulamentar a profissão com a fundação da Associação dos Guarda-Livros da Corte em 18 de abril de 1869. Assim, a ocupação de Guarda-Livros foi reconhecida por meio do Decreto Imperial nº 4.475 de 18 de fevereiro de 1870 como a primeira profissão liberal do Brasil (Brasil, 1870).

Attendendo ao que requereu o Presidente da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta Côte, e Conformando-me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 23 de Dezembro do anno proximo passado, Hei por bem Approvar os seus Estatutos divididos em quatorze capitulos e setenta e cinco artigos, com as seguintes modificações (Brasil, 1870).

A aprovação do estatuto foi um passo importante para que a associação pudesse caminhar em direção aos seus objetivos. Um ponto de destaque na análise do estatuto da Associação dos Guarda-Livros, é o parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado determinou algumas alterações no texto original, por exemplo, a disposição do art. 73, que veda qualquer alteração nos mesmos Estatutos, dentro de dois anos, deve ser suprimida (Brasil, 1870). Essa interferência no estatuto da associação garantia que o Conselho de Estado pudesse modificar de acordo com seus pressupostos os estatutos no momento que considerasse propício.

Para Lacerda (2011) o principal objetivo do Estado era fazer com que o governo obtivesse informações sobre as associações existentes no país, dando lastro a uma maior ingerência nos assuntos econômicos internos. Por outro lado, demonstra um reconhecimento por parte do poder público da validade das associações, colocando-as como instrumentos de ação privada em questões de ordem pública. Assim, a aprovação dos estatutos, bem como a análise dos membros das diretorias, com sua moral devidamente reconhecida, daria maior

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

segurança com relação ao correto funcionamento, evitando qualquer atitude prejudicial aos clientes ou sócios e também à própria economia (Lacerda, 2011).

A Associação dos Guarda-Livros tinha como principal objetivo criar um grupo de pessoas de reconhecida competência em conhecimentos mercantis e econômicos. Fornecer certificados de habilitações aos seus associados aprovados nos exames das aulas da associação, o que permitiria aumentar sua credibilidade e seu prestígio profissional.

ASSOCIAÇÃO DOS GUARDA-LIVROS
RUA DO ROSARIO, 42, 2^o andar. [408 f

Esta sociedade, installada a 18 de Abril de 1869, é composta de pessoas que exercem a profissão de guarda-livros e das que já a exercêrão: tem por fim instruir e illustrar seus associados, facultando o estudo theorico e pratico de todos os conhecimentos interessantes e uteis á classe, e bem assim concorrer, por todos os meios, para a prosperidade do commercio em geral, e particularmente do Brasil. Mantem presentemente aulas de Inglez, francez, e economia politica, e possui já uma bibliotheca que contém algumas obras de merecimento. Celebra sessões semanaes ás terças-feiras, nas quaes se discutem pontos de direito mercantil e outros igualmente importantes, e exhibem-se trabalhos escriptos da mesma natureza. Actualmente publica uma revista quinzenal sob o título de *Revista Mercantil*, para divulgação de seus trabalhos.

Figura 5. Associação dos Guarda-Livros

Fonte: Almanak Administrativo, mercantil e industrial da carte e província do Rio de Janeiro inclusive de Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1876 - Trigésimo Terceiro ano (Segunda série em Formato Grande XXVI) p. 594-595.

Além de garantir o prestígio de seus membros, pelo estudo de matérias comerciais, auxilio mútuo, moral e pecuniário, defensora e ativa cooperadora da moralidade da classe. Na sua fundação tinha como Presidente Bernardo Fernandes da Cunha Avellar; Vice-Presidente, José Fernandes Ferro; Secretário, Manoel Pereira de Figueiredo; Tesoureiro, Narciso José Leite Braga e Orador, Francisco Dias Lopes.

4.2 Qualificação profissional e o mercado de trabalho

Percebe-se por meio dos documentos da Associação dos Guarda-Livros a preocupação dentre diversas questões com o desenvolvimento do ensino técnico e profissional. Esse aspecto fica evidente no Capítulo 1, § 1^o “Melhorar e illustrar seus associados, difundindo a maior somma possível de instrução theorica e pratica em todos os ramos de conhecimentos” e 3^o “Instituir os cursos de Direito Mercantil e Economia politica” do Art. 1^o do Estatuto de fundação; assim como em outros relatórios publicados em jornais que anunciavam o andamento dos cursos. A preocupação da associação não estava apenas na organização da ocupação, mas também em definir a produção de produtores, ou seja, que todos os futuros ingressantes passassem por um sistema adequado de seleção, treinamento e socialização. Isto envolveu a tentativa de controlar o *input* educacional e esteve ligado ao desenvolvimento, definição e monopolização do conhecimento profissional (Macdonald, 1999).

Conforme evidenciado na Figura 5, a associação mantinha semanalmente aulas de inglês, francês e economia política, além disso, possuíam uma biblioteca com obra de grande relevância para a classe. Nas sessões eram discutidas matérias de direito mercantil entre outros assuntos igualmente importantes, outro ponto de destaque é a utilização da revista da associação para a publicação dos trabalhos escritos pelos seus membros (Almanak, 1876, p. 595). Cumprindo o estatuto, essas aulas perduraram por algum tempo, tendo em vista que em um relatório de 1883 com a associação sediada em um novo endereço e com uma nova diretoria, essas aulas ainda eram ministradas conforme Figura 6.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

1353]

Associação dos Guarda-Livros.
R. Hospício, 93, sobrado.

DIRECTORIA.

Presidente. — José Joaquim de Barros, r. Theófilo Ottoni, 27, e r. de S. Pedro, 48.
1^o Vice-pr. — Domingos Ferreira Louzada, r. Theófilo Ottoni, 10.
2^o dito. — Manoel de Cerqueira, r. dos Benedictinos, 3.
1^o Secret. — Felismino José Nunes, r. Municipal, 20.
2^o dito. — Francisco Martinho de Moraes, r. da Ajuda, 69, e r. da Saude, 3.
Orador. — Mathias J. Santos Carvalho, r. da Assembléa, 32.
Dito inter. — Francisco José Nunes, r. do Visconde do Rio-Branco, 406, S. Domingos.
Thesoureiro — Joaquim Gramacho Rabello, r. da Bragança, 31.
Biblioth. — Carlos Tórigo, r. do Theófilo Ottoni, 71.
Empregado — Leonardo da Silva Pinheiro, r. Itapirú, 6.

Esta sociedade, installada a 18 de Abril de 1869, é composta de pessoas que exercem ou exercêrão a profissão de guarda-livros, e de aspirantes a guarda-livros. Tem por fim instruir seus associados, auxilia-los na aquisição de empregos, soccorre-los no caso de necessidade e conferir-lhes *Diplomas de habilitação*, quando o requirem.

Procura por todos os meios concorrer para a prosperidade do commercio em geral, e particularmente do do Brazil.

Celebra sessões ordinarias na 1^a segunda-feira de cada mez. Em todas as quintas-feiras prelecções sobre direito mercantil pelo Exm. Sr. Dr. Ubaldino do Amaral.

Figura 6. Associação dos Guarda-Livros

Fonte: Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Imperio do Brail para 1883 – 40^o Anno (1883, p. 1167)

Em um anúncio (Figura 7) publicado no Jornal Gazeta da Tarde comunicava o início de uma série de conferências sobre o direito mercantil que seria realizada pelo professor Dr. Ubaldino do Amaral. A preocupação com a formação dos guarda-livros ou de pessoas interessadas a ingressar na profissão expressava-se por meio dos cursos oferecidos pela associação o que permitiria um conhecimento avançado de matérias com o objetivo de atender o comércio. Por outro lado, a qualificação/instrução dos associados renderia o monopólio de mercado, sendo empregados apenas aqueles que possuíam qualificação e, futuramente, o diploma das matérias cursadas (Santos & Oliveira, 2013). As aulas oferecidas não eram apenas para os sócios da associação, visto que por serem públicas, outras pessoas também poderiam participar, conforme é evidenciado na Figura 8.

O Dr. Ubaldino do Amaral encetará na quinta-feira, 9 do corrente, na sala da Associação dos Guarda Livros, uma série de conferencias sobre direito mercantil

Figura 7. Conferências sobre direito mercantil
Fonte: Gazeta da Tarde (1882, Ed. 255 p. 1)

O illustrado Sr. Dr. Ubaldino do Amaral realizou hontem na associação dos Guarda Livros a sua quarta prelecção sobre *direito mercantil*. Esteve presente grande numero de socios e de cavalheiros estranhos á associação, cujas conferencias são publicas.

Figura 8. 4^a Preleção sobre direito mercantil
Fonte: O Globo (1882, Ed. 389 p. 2)

A preocupação da associação não estava apenas nas disciplinas voltadas para as atividades comerciais, mas em outras matérias que os auxiliassem no desenvolvimento profissional dos sócios, pois com a evolução da prática mercantil, exigia-se conhecimentos em outras áreas. A Figura 9 evidencia a admissão de sócios que se ofereciam para ministrar disciplinas como história natural e outros pontos históricos para os sócios da associação.

EXPEDIENTE.

Tres propostas para admissão de socios do Sr. Barboza Guimarães, e uma do Sr. Campello, e um officio do Sr. Fioravante participando que o Sr. João Damasceno Ferreira Filho, se offerece á Associação para leccionar historia natural e outros pontos historicos: o Sr. presidente disse que taes propostas erão recebidas com especial agrado, assim como o importante offerecimento feito pelo Sr. Ferreira Filho.

Figura 9. Admissão para Instrução de Sócios

Fonte: Revista da Associação dos Guarda-Livros (1874, Ed. 1 p. 5)

Para Gondra e Schueler (2008) as associações são espaços de sociabilidade, de socialização de saberes e de propostas de auxílio mútuo e benéfico. Essas características

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

podem ser observadas na Figura 6. A associação além de estar envolvida com o processo educativo, também pensaram na civilidade como uma proposta estatutária, visando educar os associados como um bem à nação (prosperidade do comércio). Este ideal de difundir a civilização entre camadas mais amplas da população foram objetivos declarados na maioria dos estatutos e documentos oficiais das agremiações (Gondra & Schueler, 2008) e utilizado pelos trabalhadores a fim de ter a permissão dos poderes públicos para constituir a associação. A associação também prestava auxílio aos seus associados na aquisição de emprego, ajuda financeira quando necessário, e fornecimento de certificados de habilitações.

A preocupação da associação da inserção dos guarda-livros no mercado de trabalho, não estava presente apenas em seu estatuto, mas também na discussão na Revista da Associação dos Guarda-Livros. No artigo assinado por José Frederico de Freitas Junior, em um texto sobre a atuação dos Guarda-Livros e a formação no Instituto Comercial, Freitas Jr. defende que somente aqueles que tenha completado o curso no Instituto Commercial tenha preferência na contratação de emprego público, além de serem considerados Guarda-Livros somente aqueles que tiverem o curso completo, ou de habilitações.

As vistas do governo tem sido boas em relação a criação deste curso superior d'edtudos, e se não tem attingido os seus fins, como prova a diminuta frequencia de alumnos no Instituto, é por que esqueceu-se de dotal-o com garantias e regalias inherentes aos conhecimentos daquelles que o frequentão, que não devem-se conservar nivellados a individuos que apenas adquirirão o habito de fazer uma letra bem feita e a pratica de fazer um lançamento por partidas simples ou dobradas.

Complete o governo o seu pensamento em relação a criação do Instituto Commercial, decretando, por exemplo, 1^o, — que terão a preferencia para os empregos publicos os individuos que tiverem o seu curso completo; 2^o, — que só serão guarda-livros no Imperio as pessôas que tiverem o curso do Instituto Commercial ou de habilitação; 3^o, — que serão julgadas culposas não sendo caso para fraudulentas, as fallencias dos negociantes que não t verem os seus balanços no Diário assignados por guarda-livros habilitado.

Figura 10. Defesa na contração dos Guarda-Livros

Fonte: Revista da Associação dos Guarda-Livros (1874, Ed. 11 p. 6)

Para Freitas Jr., o comércio se beneficiaria desta medida por dois motivos: (i) primeiro porque as pessoas que exerciam a profissão de guarda-livros sem alguns conhecimentos indispensáveis ao comércio tratariam de habilitar-se; (ii) segundo os negociantes quando tivessem que admitir esses guarda-livros não precisariam solicitar informações aos seus vizinhos frente as habilitações da pessoa que iria admitir. Além disso, seria uma forma de tornar efetiva a disposição do artigo 74 do Código Comercial que preceituava que o negociante deveria nomear seus prepostos por meio de documento oficial, e que os mesmos deveriam também ser registrados no Tribunal do Comércio.

A discussão de Freitas Jr é importante, pois mostra a consciência dos Guarda-Livros na conquista de um *status* profissional. A conquista do status é um processo dinâmico em direção à ascendência ocupacional, que incluem i) um grupo ocupacional identificável "Guarda-Livros"; ii) uma base de conhecimento especializado "escrituração das transações mercantis e boa ordem os livros das empresas comerciais); iii) apresentação de si mesmo ao público como um especialista "Freitas defende que somente aqueles que se formaram no curso, tinha habilitação para prestar esses serviços, e que apenas esses poderiam ser considerados Guarda-Livros" (Carnegie & Edwards, 2001; Carnegie & Napier, 2010).

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

O Certificado de Habilitação fornecido pela associação não garantia a exclusividade para a atuação como Guarda-Livros, visto que mesmo aqueles que não possuíam, poderiam exercer essa atividade. Porém o certificado comprovava as habilidades dos profissionais e servia como um atestado para a comprovação em uma possibilidade de emprego, visto ser comum no século XIX a solicitação por parte dos empregadores que os praticantes da contabilidade apresentasse um atestado de habilitação (Vasconcelos et al., 2020).

A Associação dos Guarda-Livros garantia o certificado aos sócios que submetiam ao exame nas matérias constantes do regimento interno da associação e que nelas fossem aprovados. Assim também como a associação garantia aos sócios o direito de matricular-se nas aulas de direito mercantil, economia política ou outras aulas fornecidas pela associação.

Apesar do estatuto citar a criação de aulas específicas, é importante destacar que aulas para pessoas que desejavam trabalhar no comércio já existia, por exemplo, o próprio Instituto Comercial citado por Freitas Jr. O instituto Comercial do Rio de Janeiro criado em 1856, que foi uma tentativa do governo de reorganizar as Aulas de Comércio, que vinha sofrendo queixas relacionadas ao pequeno número de alunos matriculados (Gabler, 2014). Para sanar essas dificuldades, o Decreto nº. 1.763, de 14 de maio de 1856 fez mudanças que influenciaram a reorganização da Aula de Comércio da Corte. Esse ato concedeu um novo e extenso estatuto à instituição, mudando seu nome para Instituto Comercial do Rio de Janeiro, a Figura 11 evidencia as matérias ensinadas nesta instituição.

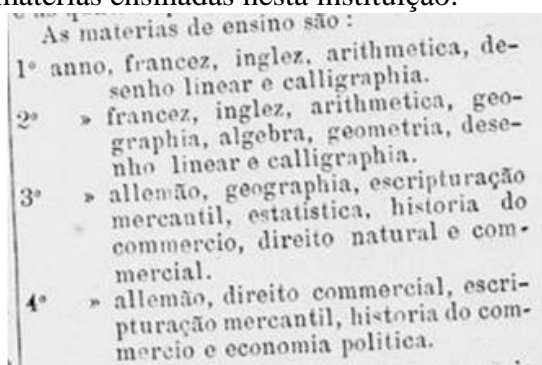


Figura 11. Matérias do Curso do Instituto Comercial (Decreto n. 3058 de 11 de março de 1863)

Fonte: Revista da Associação dos Guarda-Livros (1874, Ed. 11 p. 5)

Se já existiam instituições de ensino que ofereciam cursos para formação das pessoas interessadas na atuação comercial, qual a necessidade de a associação em seu estatuto abrir um curso comercial? Para Santos & Oliveira (2013) o ensino nessas outras instituições estaria voltado para indivíduos com a capacidade de financiá-las, portanto era um privilégio para um determinado grupo da sociedade, não comportando toda a classe trabalhadora no comércio.

Por outro lado, a criação do curso comercial por parte da Associação dos Guarda-Livros poderia representar a busca pelo controle do mercado de trabalho, visto que, a construção identitária profissional é um processo de socialização, que interrelaciona educação, trabalho e carreira (Dubar, 2005). A partir do momento que ela fosse a responsável pela certificação da qualificação de seus sócios poderia exercer um controle na habilitação de trabalhadores para a ocupação dos cargos disponíveis.

4.3 Revista da Associação Guarda-Livros

Para Molina (2015) os jornais impressos tiveram e ainda têm uma grande influência na vida do país. Os jornais no século XIX foram os principais meios de comunicação e de formação de opinião pública, e praticamente os únicos. Durante todo o século XIX este veículo de comunicação foi o mais utilizado como disseminador dos costumes, atitudes e desejos da sociedade (Kreniski & Aguiar, 2011). Esses fatos podem ser uma justificativa plausível para explicar a criação da Revista dos Guarda-Livros, visto que, um dos principais

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

objetivos da associação exposto em seu estatuto "Fundar uma revista periodica, na qual serão publicados os trabalhos da Sociedade" (Brasil, 1870 p. 95).

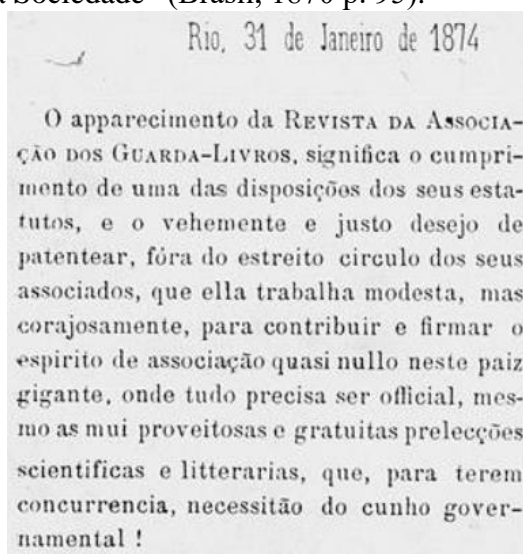


Figura 12. Primeira Edição da Revista da Associação dos Guarda-Livros

Fonte: Revista da Associação dos Guarda-Livros (1874, Ed. 1 p. 1)

Prevista desde abril de 1869, apenas em janeiro de 1874, sua primeira edição é publicada, concretizando assim um dos principais objetivos da associação. A publicação representava uma afirmação da contribuição da associação e do espírito de classe dos Guarda-Livros para além das fronteiras da associação, além de ser uma fonte de informação para a atualização profissional, discussão de temáticas de interesse da classe e registro de suas atas. A revista teve duração de dois anos e três meses, totalizando 27 edições. A partir de 1876, a revista passou a denominar-se de Revista Mercantil, com objetivo de apresentar ao leitor outros assuntos mercantis. Enquanto que na primeira versão tinha seu editorial mais voltado para a transcrição da reunião da associação, a Revista Mercantil teria como foco nos mais variados assuntos mercantis, deixando para segundo plano o registro das atas da associação.

Tabela 1. Revista da Associação dos Guarda-Livros

Ano	Nome	Nº Edições
1874	Revista da Associação dos Guarda-Livros	12
1875	Revista da Associação dos Guarda-Livros	12
1876	Revista Mercantil	3

Fonte: BNDigital disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

As discussões realizadas nas primeiras edições da Revista, teve como foco principal alguns assuntos não contábeis, por exemplo, a grande crise de 1864 e seu impacto para a economia. Ao analisar o estatuto, assim como, a Revista observa-se uma aproximação dos Guarda-Livros com a área econômica. Para Rodrigues (1985) os Guarda-Livros também atuavam como economistas, pois se propunham a instituir Cursos de Direitos Mercantil e de Economia Política e promover reuniões semanais para a discussão de teses sobre assuntos comerciais e de economia política.

A Revista da Associação dos Guarda-Livros tinha como finalidade a divulgação das discussões das teses e sua aprovação/reprovação para conhecimento dos sócios e demais leitores para a consolidação de procedimentos que estruturavam a prática mercantil. A Revista iniciava com uma espécie de editorial, e logo após, pela transcrição da reunião da associação e discussão das teses. Por exemplo, a Figura 12 evidencia o resultado da votação sobre a tese "O sello de Livros", na qual se o negociante que não tivesse Livro Diário e o Copiador de cartas em caso de falência, se a quebra do negócio deveria ser considerada fraudulenta? Dos membros da comissão, 6 votaram pela afirmativa, enquanto 8 votaram pela negação. Essa

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

discussão é importante, pois mostra que uma classe profissional em formação deliberava sobre a padronização de práticas comerciais.

1^a Parte da Ordem do dia.

O Sr. presidente diz que tendo a these sobre o sello de livros sido encerrada na ultima sessão, a requerimento do Sr. Candido de Brito, restava proceder-se á votação o que passava a ter lugar, e, para maior intelligencia dos Srs. socios repetiu a leitura da these que é concebidas nos seguintes termos:

« O negociante que não tiver o Diario e o Copiador de cartas sellados, como determina o art. 11 do Codigo do Commercio, póde e deve, em caso de quebra, ser julgado fraudulento como preceitúa o art. 802 § VI do mesmo codigo ?

Procedendo-se á votação nominal respondem sim os Srs. Ribeiro de Faria, Lucas Faria, Julio de Castro, Barbosa Guimarães, Jeronymo Simões e Felix dos Santos, e não os Srs. Campello, Oliveira, Castro e Silva, Thomé do Rego, Marrocos Mendes, Ribeiro Vianna, Candido de Brito e Gomes de Campos; resultado 6 votos pela affirmativa e 8 pela negativa.

Figura 13. Votação sobre a tese “Selos de Livros”

Fonte: Revista da Associação dos Guarda-Livros (1874, Ed. 1 p. 2)

Assim, observa-se como se dava as discussões quanto a padronização de procedimentos para as atividades dos guarda livros, além de revelar o interesse em tornar transparentes possíveis práticas consideradas fraudulentas pela associação, pois visava-se “boa reputação e exemplar conducta” (Brasil, 1870 p. 97) eram um dos requisitos para ser admitido como sócio efetivo da sociedade e principalmente para manter-se na associação.

A atividade de Guarda-Livros no Brasil era exercida por indivíduos do sexo masculino, no entanto, a partir do século XIX as mulheres passaram a ser incorporadas no mercado de trabalho em diversos países (Revista da Associação dos Guarda-Livros, 1875, ed. 10 p. 8). Em um artigo publicado pela Revista da Associação dos Guarda-Livros conforme evidenciado na Figura 13, mostra a criação de uma Escola de Comércio para mulheres em Paris, inspirado em outros países da Europa e América do Norte. A escola prestava relevantes serviços ao comércio de Paris, pois permitiu mulheres empregarem-se nos estabelecimentos comerciais que aceitassem-nas (Revista da Associação dos Guarda-Livros, 1875, ed. 10 p. 8).

Escola Commercial.— Aquelles que tem viajado a Europa e America do Norte sabem que papel consideravel representa a mulher no commercio, na industria e nas artes. No commercio sobretudo, a mulher tornou-se precioso auxilio para o marido negociante, porque encontra n'ella o mais fiel e zeloso empregado, quer ella se occupe da venda dos artefactos, quer se empregue na comptabilidade, quando sabe escripturação.

Testemunha do quanto custa a ganhar o dinheiro, a mulher não o gasta, como muitas outras em futilidades, e concorre com a sua economia para a prosperidade do casal.

Inspirados n'esta ideia a Camara do commercio de Pariz facilitou ás mulheres o conhecimento da escripturação commercial, e ha um anno abriu uma aula nocturna, a qual tem produzido excellentes resultados, segundo lemos em um jornal que temos á vista.

Figura 14. Aulas de Contabilidade e Escrituração para Mulheres
Fonte: Revista da Associação dos Guarda-Livros (1875, Ed. 10 p. 8)



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

O artigo finaliza parabenizando o êxito da aula de contabilidade para as mulheres. Em relação a algo semelhante no Brasil, o texto mostra um certo pessimismo em relação a educação da mulher no país. No entanto, elas encontrariam na profissão “se não um feliz futuro, certamente honesto e vantajoso meio de vida” (Revista da Associação dos Guarda-Livros, 1875, ed. 10 p. 8).

Diante do exposto, a associação dos guarda-livros foi de relevância para a formação da identidade profissional e consciência de classe dos atuantes da escrituração mercantil no século XIX. Suas contribuições estão além do sentido profissional, visto que, a associação dos guarda livros teve um papel importante também na disseminação e desenvolvimento do ensino da contabilidade, pois além de oferecer cursos gratuitos de escrituração mercantil, novas associações surgiram a partir da motivação instaurada em buscar melhorias para a atuação dos profissionais (CFC, 2016).

Uma associação de destaque pelas suas conquistas é o Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo, que foi responsável pela criação do curso regular que oficializou a profissão contábil, o curso tinha como objetivo formar Guarda-Livros e Perito-Contador, desse movimento surgiu em 20 de abril de 1902, a Escola de Comércio Álvares Penteado, obtendo o reconhecimento de formação profissional especializada pelo Decreto Federal nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905 (Schmidt, 2000).

5 Considerações Finais

Este estudo evidenciou uma análise das ações realizadas pela Associação dos Guarda-Livros da Corte e as contribuições para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil à luz da Teoria Sociológica das Profissões. A associação teve como principal objetivo a instrução dos novos trabalhadores no ofício a partir da formação de reconhecida competência em conhecimentos mercantis e econômicos e, com isso, a estruturação da identidade de classe da profissão de forma ordenada e com padronização de procedimentos. Além da instrução para seus sócios, a Associação dos Guarda-Livros prestava auxílio mútuo, moral e pecuniário. Defendia os interesses da classe e era uma ativa cooperadora da moralidade da classe com a finalidade de prestar apoio para os profissionais que passavam por dificuldades financeiras. Atuava como associação corporativista, defendendo suas fronteiras de atuação e essas ações representaram a busca pelo controle da formação e qualificação profissional dos Guarda-Livros e a construção identitária profissional (Dubar, 2005).

É importante ressaltar que a partir dos dados coletados nos Jornais do século XIX, as aulas oferecidas não eram apenas para os sócios da associação, mas para o público em geral que se interessava pelas temáticas, o que demonstra o zelo e apoio da associação com a formação tanto dos atuantes como dos futuros profissionais, o que permitia o controle de uma formação adequada e de qualidade. A Associação também preocupava-se em garantir uma estrutura de apoio para a instrução dos profissionais e demais interessados, e com isso, investia em obras de grande relevância para a classe em sua biblioteca.

Outra ação que fundamenta o interesse pela instrução e integração dos profissionais da classe foi a instituição da Revista da Associação dos Guarda-Livros, que representou um avanço para a essência da classe dos Guarda-Livros frente a disseminação de padronização de procedimentos e temáticas de interesse da classe, além de ser uma fonte de informação para a atualização profissional e registro de suas atas. Para a teoria sociológica das profissões a construção de uma base conhecimento especializado representa a conquista do status para os profissionais na estruturação de um grupo ocupacional identificável integrado, qualificado e habilitado como especialistas (Carnegie & Edwards, 2001; Carnegie & Napier, 2010).

A partir desta pesquisa, recomenda-se a realização de mais investigações aprofundadas em outras fontes de pesquisa, como acervos bibliotecários, que ainda não foram



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

disponibilizados em meio digital. Dada a importância e escassez de estudos relacionados à formação da identidade e classe do profissional da contabilidade em um contexto historiográfico, indica-se como possibilidades pesquisas com base em outras associações profissionais dos guarda livros que surgiram em diversas províncias no século XIX como Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo e, que tiveram um papel relevante para o desenvolvimento da educação, prática e formação da identidade profissional.

Referências

- A Actualidade (1860, 08 de agosto). *Jornal Politico, Litterario e Noticioso*, p. 4. Recuperado de <http://memoria.bn.br/DocReader/235296/366>
- A Actualidade (1863, 23 de maio). *Jornal Politico, Litterario e Noticioso*, p. 2-3. Recuperado de <http://memoria.bn.br/DocReader/235296/1682>
- Almanak (1876, 31 de maio). *Administrativo, Mercantil e Industrial*, p. 594-595. Recuperado de <http://ddsnex.crl.edu/titles/88>
- Almanak (1883, 15 de fevereiro). *Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brasil*, p. 1167. Recuperado de <http://ddsnex.crl.edu/titles/88>
- Barbosa, C. G. (2020). 1876: os primeiros passos da organização da classe trabalhadora paulista. *Ars Historica*, (19), 107-124.
- Bloch, M. L. B. (1992). *The historian's craft*. Manchester: Manchester University.
- Bocqueraz, C. (2001). The development of professional associations: the experience of French accountants from the 1880s to the 1940s. *Accounting, Business & Financial History*, 11(1), 7-27.
- Brasil. (1850). Lei n. 556 de 25 de junho de 1850 - Código Comercial do Imperio do Brasil. In *Colleccão das Leis do Imperio do Brasil de 1850 (Vol. 1, pp. 57-239)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Recuperado de <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18364>
- Brasil. (1857). Decreto n. 1.763 de 14 de maio de 1856 - Dá novos Estatutos a Aula do Commercio da Côrte. In *Colleccão das Leis do Imperio do Brasil de 1856 (Vol. 2, pp. 182-206)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Recuperado de <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18475>
- Brasil. (1870). Decreto n. 4.475 de 18 de fevereiro de 1870 - Approva os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta côrte. In *Colleccão das Leis do Imperio do Brasil de 1870 (Vol. 2, pp. 94-109)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Recuperado de <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18561>
- Brasil. (1891a). Alvará de 28 de junho de 1808 - Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda. In *Colleccão das Leis do Brazil de 1808 (Vol. 1, 74-90)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Recuperado de <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18319>
- Brasil. (1891b). Alvará de 15 de julho de 1809 - Estabelece contribuições para as despezas da Real Junta de Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação. In *Colleccão das Leis do Brazil de 1809 (Vol. 1, pp. 93-95)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Recuperado de <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18321>
- Bugarim, M. C. C. M., Pinho, J. C. C., Rodrigues, L. L. & Machado, D. Q. (2013). Ações dos Conselho Federal de Contabilidade no Desenvolvimento da Contabilidade brasileira. *Revista de Contabilidade e Controladoria*. 5(2), p. 134-151.
- Cabral, D. (2011a). Erário Régio. Dicionário Da Administração Pública Brasileira Do Período Colonial (1500-1822). Recuperado de <https://bit.ly/3HRiQ5b>
- Cabral, D. (2011b). *Aula de Comércio da Corte*. Dicionário Da Administração Pública Brasileira Do Período Colonial (1500-1822). <https://goo.gl/2TNYWi>
- Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (2010). Traditional accountants and business professionals: Portraying the accounting profession after Enron. *Accounting, organizations and*

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- society*, 35(3), 360-376.
- Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (2012). Accounting's past, present and future: The unifying power of history. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 25(2), 328-369.
- Carnegie, G. D., Edwards, J. R. (2001). The construction of the professional accountant: the case of the incorporated institute of accountants, Victoria (1886). *Accounting Organizations and Society*. 26(4-5). 301-325.
- Collins, R. (1979). *The Credential Society: An Historical Sociology of Education and Stratification*, Academic Press, New York, NY.
- Conselho Federal de Contabilidade [CFC]. (2016). *70 anos de contabilidade*. Brasília: CFC. 109. 1-122.
- Correio Mercantil (1862, 25 de outubro). *Instructivo, Politico, Universal*, p. 1. Recuperado de <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/21097>
- Diário do Rio de Janeiro (1860, 4 de abril). *Folha Politica, Litterario e Comercial*, p. 1. Recuperado de http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/12740
- Dingwall, R. (2008). *Essays on professions*. London: Ashgate.
- Dubar, C. (2005). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Edwards, J. R., & Anderson, M. (2011). Writing masters and accountants in England: A study of occupation, status and ambition in the early modern period. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24 (6), 685-717.
- Edwards, J. R., & Walker, S. P. (2010). Lifestyle, status and occupational differentiation in Victorian accountancy. *Accounting, Organizations and Society*, 35(1), 2-22.
- Faria, A. R. (2006). Relevância, Conteúdo e Metodologia da Investigação histórica em Contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comércio*, 15(237), 185-224.
- Gabler, L. (2014). *Aula de Comércio da Corte*. Dicionário Da Administração Pública Brasileira Do Período Colonial (1500-1822). <https://bit.ly/3MrRvtR>
- Gazeta da Tarde (1882, 07 de novembro). p. 1. Recuperado de <http://memoria.bn.br/DocReader/226688/2391>
- Gomes, D., Carnegie, G. D., Napier, C. J., Parker, L. D., & West, B. (2011). Does accounting history matter? *Accounting History*, 16(4), 389-402.
- Gondra, J. G., & Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora.
- Hughes, E. C. (2009). *The sociological eye: Selected papers*. New Brunswick: Transaction Books.
- Jornal do Commercio (1850, 3 de janeiro). p. 4. Recuperado de http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/12
- King, D. L., & Case, C. J. (2017). A concise history of professional accounting associations. *Journal of Business and Accounting*, 10(1).
- Kipping, M., Wadhvani, D. R., & Bucheli, M. Analyzing and Interpreting historical sources: a basic methology. *Organizations in Time: History, Theory, Methods*, 306-329.
- Koliver, O. (1993). O contador do ano 2000 - Perfil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (85), 114. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/4735/>
- Kreniski, G. C. P., & Aguiar, M. C. P. (2011). O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o "vagabundo" na imprensa brasileira (1989-1991). In ... Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH 26 (p. 1-14). São Paulo, SP.
- Lacerda, D. P. (2011). *Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)*. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Larson, M. S. (1977). *The rise of professionalism: A sociological analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Macdonald, K. M. (1999). *The sociology of the professions*. London: Sage Publications Ltd.
- Molina, M. M. (2015). *História dos jornais no Brasil*. Editora Companhia das Letras.
- Napier, C. J. (2006). Accounts of change: 30 years of historical accounting research. *Accounting, Organizations and Society*, 31(4-5), 445-507.
- Napier, C. J. (2009). *Historiography from*. In *The Routledge Companion to Accounting History* (30-49).
- O Globo (1882, 08 de dezembro). Órgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Comercio, Lavoura e Industria, p. 2. Recuperado de <http://memoria.bn.br/DocReader/369381/6438>
- Peleias, I. R., Silva, G. P. Segreti, J. B., & Chiroto, A. R. (2007). Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(SPE), 19-32.
- Revista da Associação dos Guarda-Livros (1874, 30 de novembro), p. 5-6. Recuperado de <http://memoria.bn.br/DocReader/719935/86>
- Revista da Associação dos Guarda-Livros (1874, 31 de janeiro), p. 1-8. Recuperado de <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>
- Revista da Associação dos Guarda-Livros (1875, 15 de outubro), p. 8. Recuperado de <http://memoria.bn.br/docreader/719935/176>
- Rodrigues, A. A. (1985). A história da profissão contábil e das instituições de ensino, profissionais e culturais da ciência contábil do Brasil. In *Anais do 12º Congresso Brasileiro de Contabilidade*, Recife, PE, Brasil. p. 71-96. Recuperado de <https://biblioteca.sophia.com.br/4735/>
- Rodrigues, A. A. (1989a). Fundamentos históricos e legais da resolução do CFC n.º 560/83: 2º parte. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 70, 8-13. Recuperado de <https://biblioteca.sophia.com.br/4735/>
- Rodrigues, A. A. (1989b). Fundamentos históricos e legais da resolução do CFC n.º 560/83: 1º parte. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 69, 26-31. Recuperado de <https://biblioteca.sophia.com.br/4735/>
- Sales, A. J. (1761-1773). *Diccionario do commercio [depois de 1723]*. Recuperado de <http://purl.pt/13945/4/>
- Santos, Y. S., & Oliveira, R. (2013). As ações dos trabalhadores no campo da qualificação profissional em Recife (1889-1930). *Revista HISTEDBR On-Line*, 13(52), 75–89.
- Schmidt, P. (2000). *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman.
- Sian, S. (2011). Operationalising closure in a colonial context: The Association of Accountants in East Africa, 1949-1963. *Accounting, Organizations and Society*, 36, 363-381.
- Vasconcelos, A., Silva, A., Gomes, P., & Vieira, C. (2020). Requisitos exigidos pelo mercado aos praticantes da contabilidade na segunda metade do século XIX. *Revista Contabilidade & Finanças*, 32, 65-79.
- Verma, S., & Gray, S. J. (2006). Creation of the Institute of Chartered Accountants of India: The first steps in the development of an indigenous accounting profession post-independence. *Accounting Historians Journal*, 33(2), 131-156.
- Viscardi, C. M. R. (2008). Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi*, 9(16), 117-136.
- Walker, S.P. (2008). Innovation, convergence and argument without end in accounting history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(2). 296-322.